Introdução à Contratação Pública



14 Horas | **290 €**

Apresentação
A contratação pública constitui uma função essencial à prossecução do interesse público, exigindo o cumprimento rigoroso das normas legais aplicáveis, a utilização eficiente dos recursos financeiros e a salvaguarda dos princípios da concorrência, transparência e igualdade de tratamento. As alterações ao Código dos Contratos Públicos introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2026, de 4 de setembro, reforçam a necessidade de atualização dos profissionais quanto aos procedimentos de formação dos contratos, aos critérios de contratação e às regras de execução contratual.

Esta ação de formação visa desenvolver competências para interpretar e aplicar as principais disposições do CCP ao longo do ciclo contratual, desde a preparação e escolha do procedimento até à adjudicação, formalização e gestão do contrato. Através de uma abordagem teórico-prática, pretende-se reduzir erros procedimentais, reforçar a segurança das decisões, promover a eficiência administrativa e apoiar uma gestão contratual conforme ao enquadramento legal aplicável.

Destinatários
- Técnicos e dirigentes da Administração Pública com intervenção na área da contratação pública;
- Juristas e consultores jurídicos;
- Gestores de contrato, membros de júris e responsáveis por procedimentos de aquisição de bens, serviços ou empreitadas;
- Outros profissionais com funções relacionadas com a preparação, tramitação ou gestão de contratos públicos.

Objetivos Gerais
Compreender e aplicar os princípios, procedimentos e práticas essenciais da contratação pública, assegurando o cumprimento do Código dos Contratos Públicos e das disposições legais aplicáveis nas diferentes fases do procedimento e da execução contratual.

Objetivos Específicos
No final da formação, os formandos deverão ser capazes de:

- Identificar o âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, distinguindo a aplicação subjetiva da aplicação objetiva das suas normas.
- Distinguir os contratos excluídos dos parcialmente excluídos, reconhecendo as respetivas implicações jurídicas.
- Classificar os principais tipos de contratos e procedimentos de contratação pública, identificando os pressupostos da sua utilização.
- Identificar os princípios gerais da contratação pública e as principais alterações legislativas aplicáveis em 2026.
- Descrever as etapas da tramitação procedimental, desde a preparação do procedimento até à publicitação do contrato.
- Identificar os elementos essenciais da preparação da contratação, incluindo a consulta preliminar ao mercado, a elaboração das peças do procedimento e a designação do júri.
- Aplicar os procedimentos essenciais relativos aos esclarecimentos, erros e omissões, receção, análise e avaliação das propostas, audiência prévia, adjudicação, habilitação e formalização do contrato.
- Identificar as causas de não adjudicação e os requisitos de eficácia do contrato.
- Reconhecer as funções e responsabilidades do gestor do contrato e aplicar boas práticas de acompanhamento da execução contratual.
- Identificar as principais regras aplicáveis à modificação objetiva dos contratos e os mecanismos de resolução alternativa de litígios relevantes no âmbito do CCP, considerando as alterações legislativas de 2026.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

Programa
Introdução à Contratação Pública (14H)
1. Âmbito de aplicação e disposições finais
1.1 Enquadramento geral do Código dos Contratos Públicos
1.2.Principais alterações legislativas de 2026

2.Aplicação subjetiva e objetiva

3.Contratação excluída e parcialmente excluída

4. Tipos de contratos e tipos de procedimentos
4.1. Outros instrumentos procedimentais: noção e principais finalidades.
4.2. Escolha do procedimento e limiares aplicáveis.

5. Tramitação procedimental
5.1. Da preparação do procedimento à publicitação do contrato

6. Preparação da contratação
6.1. Consulta preliminar ao mercado
6.2. Peças dos procedimentos
6.3. Impedimentos à participação
6.4. Decisão de contratar
6.5. Júri do procedimento: funções e competências

7. Tramitação:
7.1. Esclarecimentos, erros e omissões.
7.2. Receção, análise e avaliação de propostas.
7.3. Audiência prévia e adjudicação.
7.4. Habilitação, caução e minuta do contrato.
7.5. Outorga e requisitos de eficácia.
7.6. Causas de não adjudicação.
7.7. Principais alterações legislativas de 2026 aplicáveis à tramitação

8.Gestor e Gestão do Contrato

Certificação
O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt